

**FUNDAÇÃO ECOLE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

Letícia Mariano da Silva

**ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**VÁRZEA PAULISTA: UM EXEMPLO DE DESENVOLVIMENTO**  
**SOLIDÁRIO**

São Paulo

2014

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS**

Letícia Mariano da Silva

**ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**VÁRZEA PAULISTA: UM EXEMPLO DE DESENVOLVIMENTO**  
**SOLIDÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de  
Sociologia e Política de São Paulo para a  
obtenção do título de especialista em Gestão e  
Políticas Públicas

Orientador: Claudio Lammardo Neto

São Paulo

2014

## **RESUMO**

O sistema capitalista coroe valores sociais, a igualdade, propriedade comunal e solidariedade. Esse sistema é incapaz de incluir e desenvolver uma nação de forma equânime. A Economia Solidária foi concebida para proporcionar que as pessoas adotem uma vida melhor. O objetivo deste trabalho é aprofundar os conhecimentos acerca da realidade da Economia Solidária, em âmbito local. Vivendo em um sistema capitalista, a economia solidária luta para sobrevier, ou de fato é uma alternativa superior ao sistema capitalista? Para indagar esse questionamento, foi analisado um caso prático da implantação e consolidação de uma política pública de economia solidária na cidade de Várzea Paulista durante a gestão do Partido dos Trabalhadores. Dentre os desafios para a construção, dessa nova forma de viver em sociedade, está à manutenção ideologia.

Palavras-chave: Economia Solidária, Capitalismo, Várzea Paulista, Modo Petista de Governar.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Organograma da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.....	21
<b>Figura 2 –</b> Organograma da Incubadora Pública de Várzea Paulista.....	23

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>CAPÍTULO I – OUTRA ECONOMIA ACONTECE.....</b>	<b>08</b>
1.1 Origens da Economia Solidária: Nasce o cooperativismo revolucionário.....	09
1.2 Uma nova economia: Princípios da Economia Solidária.....	11
1.3 Desenvolvimento capitalista x desenvolvimento solidário.....	13
<b>CAPITULO II – BRASIL SOLIDÁRIO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Construindo Políticas Públicas.....	17
2.2 Políticas solidárias.....	19
2.3 Exemplo de Solidárias.....	20
2.3.1 Construção de uma cidade solidária.....	20
2.3.2 Organização.....	21
2.3.3 Outra Economia Acontece.....	23
<b>CAPITULO III- ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA...</b>	<b>27</b>
3.1 Desafios da Economia Solidária.....	28
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

O sistema capitalista coroe valores sociais: a igualdade, propriedade comunal e solidariedade foram enfraquecidas pelo individuo que almeja o acumulo de capital para se enriquecer. Com a intensificação do sistema esses valores são substituídos por consequências naturais da sociedade, agora é ‘cada um por si’. As contradições do capitalismo são inerentes ao seu desenvolvimento, a miséria e a desigualdade são naturais ao sistema capitalista, mas até que ponto a sociedade continuará naturalmente vivendo sobre a ótica da miséria, desemprego, desigualdade e individualismo. O que se vê hoje na sociedade capitalista mundial e brasileira é reflexo, não mais de um sistema, mas sim de um modo de viver capitalista embasado do individualismo e na busca de satisfazer um status.

Na realidade brasileira vê-se nitidamente a presença de uma desigualdade de classes, de renda, de oportunidades; consequentes de um processo histórico de consolidação capitalista. Hoje a historia está caminhando em outra direção, aos poucos e com uma intensidade crescente, o governo do Brasil vem desenvolvendo projetos de integração social, distribuição de renda, combate a fome e miséria, dentre outros programas.

A economia solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade, tais como: igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles a autogestão, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. É vista como outra forma de inclusão social propõe uma nova maneira dos indivíduos comprarem e venderem. As pessoas envolvidas administram seus negócios em todas as etapas, não havendo assim a divisão entre empregados e patrões. Possui também atividades econômicas diversificadas que se baseiam no trabalho coletivo, autogestão e na sustentabilidade.

Paul Singer sintetiza a principal importância da economia solidária na sociedade em uma entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira em 2008:

Ela basicamente demonstra que a alienação no trabalho, que é típica da empresa capitalista, não é indispensável. A heterogestão é justificada como eficiente a partir da visão de que alguns são mais capazes do que outros. A meritocracia justifica o poder de decisão estar concentrado no dono, o capitalista, depois em seus gerentes, enquanto a grande maioria é destituída de qualquer poder de decisão e mesmo de conhecimento sobre o conjunto. O raciocínio é circular: se o capitalista e seus gerentes têm mais poder, é porque o conquistaram e assim demonstraram ter mais capacidade. A maioria é destituída de poder porque deve ter menos capacidade. Esse raciocínio se sustenta no pressuposto de que numa economia de livre mercado os ganhadores na competição "têm" que ser os melhores, exatamente porque o mercado é livre, aberto a todos desde que tenham capital. Se muitos estão excluídos do mercado porque não têm capital, isso apenas confirmaria que eles são menos capazes.

As pessoas que não têm capital e nem poder têm tarefas, poucas tarefas, e podem passar a vida inteira cumprindo as mesmas tarefas, o que é profundamente alienante do ponto de vista do desenvolvimento humano. O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção. Trabalhadores educados no capitalismo têm cada vez mais oportunidade de passar à economia solidária – isso está acontecendo, por exemplo, com empreendimentos que falham, entram em crise e os trabalhadores coletivamente os assumem organizados em cooperativas. Esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham. Eles não têm um salário assegurado no fim do mês que é uma das conquistas importantes dos trabalhadores no sistema capitalista, no qual eles não participam dos lucros e tampouco dos riscos. Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido, mas também os prejuízos são deles. Os trabalhadores no princípio estranham, e algumas vezes até reclamam, mas acabam por compreender que essa é uma experiência libertadora. Quando os trabalhadores passam alguns anos praticando autogestão, mesmo que algumas vezes o empreendimento vá mal, eles preferem continuar na economia solidária a procurar uma oportunidade de trabalhar numa empresa capitalista. (SINGER, 2008)

No manifesto que antecede a fundação do PT, vê-se a ideologia do partido que hoje é quem sustenta a bandeira da Economia solidária. "O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo."

Essa outra perspectiva de valores para uma sociedade é o ponto central de aplicação da economia solidária. Esse novo pensamento, é considerado como uma alternativa superior ao capitalismo.

A economia solidária também é uma alternativa a alienação do trabalhador assalariado. Este talvez seja um grande desafio, pois o trabalhador se acomodou ao trabalho assalariado e muitas vezes não consegue compreender a ótica da emancipação. Pois muitos vêm a economia solidária como uma alternativa apenas em momentos que há falhas sistêmicas.

Assim este trabalho tem como objetivo analisar a construção da economia solidária em âmbito local, tendo como exemplo a cidade de Várzea Paulista. Em oito anos de governo popular uma outra economia, de fato, aconteceu.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo foi elaborado para contextualizar a economia solidária; o capítulo seguinte, terá uma abordagem brasileira, tendo em seu desenrolar o trabalho realizado em Várzea Paulista; no terceiro e último capítulo, os principais desafios para a economia solidária.

## CAPÍTULO I – OUTRA ECONOMIA ACONTECE

O capitalismo surgiu na revolução indústria no século XVIII, na Grã-Bretanha, ao longo do tempo foi tomando forma nos demais países. Há tempos com seu desenvolvimento mundial se tornou dominante. A economia de mercado é complexa, mas de uma forma simplista pode-se dizer que em sua origem é o cenário em que o homem encontrou para produzir e consumir satisfazendo suas necessidades.

A peculiaridade do novo sistema sócio-econômico foi à transformação da terra, do trabalho e do capital em mercadorias com o fim das terras comunais os trabalhadores passaram a depender exclusivamente da venda da sua força de trabalho para garantir sua subsistência.

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social fragilizaram a relação de trabalho e a vida do trabalhador; a miséria e a desigualdade são inerentes ao sistema capitalista. Para Marx o sistema capitalista é explorador da mão-de-obra, preocupa-se apenas em acumular, pois o processo é automático, o egoísmo da “Mão invisível”<sup>1</sup>, tornasse um vício. O capitalismo cria também certos mecanismos de defesas que tentavam protegê-lo e alienar as massas.

As relações capitalistas na sociedade se consolidaram e adentraram na fase monopolista, ocasionando uma piora nas condições de vida dos trabalhadores. Nestes últimos anos de práticas de políticas neoliberais caracterizadas por: drásticos cortes nos gastos públicos sociais, aumento do desemprego, crescimento da violência urbana e deterioração dos padrões éticos, políticos e sociais; seus efeitos foram nefastos, interferindo no desenvolvimento sustentável da população principalmente dos países ditos em desenvolvimento.

O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Segundo a concepção marxista caso se queira uma sociedade mais igualitária, ter-se-ia que impetrar mudanças no processo produtivo, eliminar a figura do capitalista e buscar uma organização produtiva fundada em relações iguais entre os participantes.

Para Santana Júnior, na atualidade a economia solidária emerge como resposta à tarefa de pensar e lutar por alternativas econômicas e sociais que o começo do século XXI

---

<sup>1</sup> Este conceito de “mão invisível” foi baseado em uma expressão francesa, “*laissez-faire*”, que significa que o governo deveria deixar o mercado e os indivíduos livres para lidar com seus próprios assuntos

exige, inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas. O autor ainda acrescenta:

A economia solidária e tradição marxista estão muito mais próximas da complementariedade, pois a noção crítica do marxismo pode ser associada às tentativas de estruturação de organizações sócio produtivas desenvolvidas pela economia solidária. O que pode proporcionar uma ação mais eficaz na luta contra o capitalismo. (Santana Júnior, 2012)

A economia solidária problematiza um dos campos mais importante na tradição marxista: a dimensão do econômico na sociedade. A economia solidária questiona até que ponto o processo econômico pode ser reduzido ao circuito clássico das trocas constituído pelo mercado e o Estado. E, em decorrência disto, indagasse além do mercado e do Estado a própria sociedade não teria nenhuma contribuição no tocante a produção e distribuição de riquezas. (Santana Júnior, 2012)

O capitalismo é incapaz de incluir e desenvolver uma nação de forma equânime. Em resposta a essa fragilidade sistemática nasce uma “alternativa superior ao capitalismo” (SINGER, 2002, p.114). A economia solidária foi concebida para proporcionar que as pessoas que adotem uma vida melhor.

### **1.1. Origens da Economia Solidária: Nasce o cooperativismo revolucionário.**

Pouco após o capitalismo industrial, como uma reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão maquinaria e organização fabril, nasce a Economia Solidária. A exploração do trabalho fabril não tinha limites legais e com isso ameaçava a reprodução biológica. Jornadas de trabalho muito longas e exploração de trabalho a crianças debilitavam e elevavam a mortalidade e impedindo a produtividade do trabalho.

Em meio a essa situação alguns industriais propuseram leis trabalhistas, cujo objetivo era a proteção à classe operária. Dentre eles estava Robert Owen, industrial de origem britânica, proprietário de uma grande fábrica têxtil. Em vez de explorar, Owen empregava os trabalhadores da época; decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o trabalho infantil, para as crianças ele ergueu escolas. O tratamento diferenciado de Owen com os trabalhadores provocou consequências positivas, especialmente maior produtividade.

Com o termino da Revolução Francesa em 1815, mediante a vitória britânica sobre Napoleão; a Grã-Bretanha cai em uma profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e desemprego reestabelecendo o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou que com o fim da Guerra houve uma retração da economia, consequente da ociosa produção bélica, provocando perda de trabalho e renda. Para reverter essa situação

fazia-se necessário reinserir os trabalhadores na produção, permitindo-lhes ganhar e consumir, o que ampliaria o mercado para outros produtores.

Dois anos depois, Owen propôs ao governo britânico um plano de reinserção. Ao invés dos fundos de sustentos as pobres serem meramente distribuídos fosse revertidos para a compra de terra e construção de Aldeias Cooperativas, onde as pessoas que lá viviam trabalhassem da terra e nas indústrias produzissem sua subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados.

O objetivo de Owen era mostrar que haveria uma imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Assim em pouco tempo seria desnecessário subsidiar os ex-pobres, e esse dinheiro retornaria aos cofres públicos.

Na obra *Introdução a Economia Solidária*, publicado em 2002, Paul Singer analisa planejamento de Owen e ainda conclui e ele possui veracidade em sua tese, citando também a semelhança com a teoria do pleno emprego de Keynes:

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devido à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efeito de empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto conseguir trabalho para ele é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isso foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, durante a terrível crise da década de 1930. Desta vez os governos atenderam o apelo e passaram a praticar políticas de pleno emprego que funcionaram durante cerca de 30 anos, demonstrando a veracidade da de Keynes, antecipada 119 anos por Owen. (SINGER, 2002, p. 26)

Na segunda metade do século XIX o impar plano de Owen passou a radicalizar a proposta inicial e o governo se negou a implementá-lo. O que ele propunha, não era mais apenas baratear o sustento dos pobres, mas sim uma mudança do sistema social e uma abolição das fábricas lucrativas.

Após o fato, Owen ficou aproximadamente 4 (quatro) anos afastado da Grã-Bretanha, em meio a esse período seu discípulos começaram a por em prática suas ideias criando sociedades cooperativas por toda parte. Esse movimento coincidiu com o surto do sindicalismo do país. A rejeição ao comércio (bem como, qualquer fonte de lucro) levou as sociedades cooperativas a criarem os bazares ou bolsas de trocas. Em contrapartida, outra criação inusitada foi os “clubes de troca”, que cria mercado a seus membros para a comercialização, tendo como intermediário de troca uma moeda própria.

Em meio a esse breve contexto nasce a Economia Solidária. Singer complementa tal nascimento ressaltando:

Seria justo chamar essa fase inicial de sua história de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual jamais repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial de economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou o pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria seus sucessores (SINGER, 2002, p. 35).

O autor ainda ressalva que os pensadores clássicos do Socialismo Utópico, dentro eles Robert Owen, serviram de inspiração fundamental para o cooperativismo, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus caminhos, pelo método da tentativa e erro.

## **1.2. Uma nova economia: Princípios da economia solidária**

A economia capitalista é constituída de uma contínua e intensa competição. Paul Singer (2002) analisa essa sistemática do sistema chegando à conclusão que para qualquer atitude que será tomada o resultado terá ganhadores e perdedores:

O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante. (SINGER, 2002, p. 07)

Portanto, analisando o ponto de vista do autor, há competitividade consequente de qualquer situação que é vivenciada. Na sistemática capitalista existe uma tendência à desigualdade, uma vez que há a questão de competição constante e para cada competição há diferentes oportunidades de desenvolvimento.

Essa nova economia é uma prática regida pelos valores que caíram no esquecimento conforme o desenvolvimento do capitalismo, tais como: autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano; tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo.

A economia solidária, é outra forma de inclusão social, propõe uma nova maneira dos indivíduos comprarem e venderem. As pessoas envolvidas administram seus negócios em todas as etapas, não havendo assim a divisão entre empregados e patrões. Possui também

atividades econômicas diversificadas que se baseiam no trabalho coletivo, autogestão e na sustentabilidade.

A teoria de implantação de uma cooperativa solidária é complexa. Ao ser formado um grupo de pessoas existe um processo de preparação, dividido em três etapas fundamentais: capacitação, qualificação e a incubação. A capacitação é um processo de conhecimento e aprendizagem; a qualificação é onde há uma especialização profissional e a última etapa é a incubação, onde há a formação das cooperativas.

É interessante dizer que em meio a todo o processo, devido ao grupo formado, há muitas vezes um processo de alfabetização, este pode ser visto como um artifício de resgate a dignidade perdida. Este projeto tem como alvo os excluídos; inclui até mesmo os indivíduos que já recebem algum tipo de benefício do governo, para que haja um alicerce incentivando um desenvolvimento autônomo não dependente.

Uma aplicação da extensão do programa é a formação de uma cooperativa para catadores de matérias recicláveis. Singer, 2002, em poucas palavras comenta sobre a importância de uma cooperativa para tais:

“a cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da auto-ajuda e da ajuda mútua, que permite construir a comunidade dos catadores”. (SINGER,202,p.89)

Singer fundamenta a Economia solidária da seguinte maneira:

O programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições econômicas cuja lógica é oposta à do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destruídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende e experimente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana, etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Com esse objetivo a economia solidária vem sendo aplicada nos países há anos. Temos vários tipos de cooperativas solidárias que podem ser desenvolvidas em meio ao contexto citado. As principais são: As cooperativas de consumo, de crédito, compras e vendas de produção.

É uma alternativa ao capitalismo em meio às crises sistêmicas, podendo expandir o desenvolvimento solidário. É introduzida com um intuito de formar uma sociedade igualitária, diminuindo a desigualdade e fomentando o desenvolvimento de um bem estar social para os “perdedores” do sistema.

O sistema capitalista é formado por contradições e falhas sociais onde só com a aplicação de uma política de vertente igualitária conseguiria diminuir tal opressão do sistema e criar oportunidades para um crescimento econômico sustentável e com desenvolvimento.

### **1.3 Desenvolvimento capitalista x desenvolvimento solidário**

Vive-se hoje em um sistema de intensa competição, onde os vencedores tendem a alcançar a glória e os perdedores tendem a exclusão da evolução. De certo, a economia solidária é apresentada para sociedade como uma opção de mudança, uma alternativa ao capitalismo em meio suas crises sistêmicas, buscando a aplicação de uma política de inclusão e desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário são distintos.

O desenvolvimento capitalista é dado mediante a proteção do grande acúmulo de capital, as decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica, é também moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados.

O desenvolvimento capitalista baseia-se na propriedade privada do capital, da qual o grosso do povo trabalhador está excluído. Para Paul Singer, em seu artigo *desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário, 2004*; se o trabalhador não estivesse excluído, não se sujeitaria a trabalhar como assalariado e, pior ainda, a permanecer desempregado. O modo de produção capitalista divide a sociedade em duas classes antagônicas: os proprietários do capital e os seus empregados. Os primeiros que mandam em suas empresas e conduzem o desenvolvimento de acordo com os seus interesses.

A base do desenvolvimento capitalista é a concorrência entre os capitais privados. Neste cenário, a superioridade técnica é um dos elementos determinantes da competitividade as empresas visem apenas ao lucro, elas acabam possibilitando persistente avanço do conhecimento científico. Por consequência o desenvolvimento, entendido como processo de fomento de novas forças produtivas, é cada vez mais intenso.

O desenvolvimento capitalista, sob uma perspectiva histórica, produziu incessante melhora do nível de vida não só dos capitalistas, mas de grande parte da classe trabalhadora. Isso ocorreu por causa da conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores. O que não nega o caráter

progressista do desenvolvimento capitalista, apesar de seus efeitos nocivos sobre os explorados e ainda piores sobre os que não o são explorados, pois há desemprego.

Para Singer (2004) “*Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos*”. Explica que os consumidores, se beneficiam da produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades, além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Vale frisar que, além disso, o desenvolvimento não atinge toda população, pois desenvolve certas áreas de uma economia. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados.

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças que impulsionam o desenvolvimento capitalista. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

O desenvolvimento solidário apoia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum setor seja excluído de sua utilização e dos benefícios que venham a proporcionar.

A economia solidária também propõe outra organização da produção, com base na propriedade social dos meios de produção, ou seja, a sua repartição entre todos os que participam da produção social. O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade.

Singer conclui sua análise:

Isso significa que a atividade econômica deverá ser realizada por empresas, constituídas ou por uma só pessoa, por membros de uma família ou por diversas pessoas que se associam para desenvolver atividades produtivas. As pessoas devem ser livres para constituir empresas e dissolvê-las, entrar para alguma e deixá-la quando for de seu desejo ou do desejo da maioria dos outros sócios. Em princípio, dentro da empresa, não importa o seu tamanho, todos os que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles. (Singer, 2004)

O consumismo egoísta e a ambição desmedida, consequentes do capitalismo provem de abusos na exploração e no consumo, evitando essas externalidades que corroem a sociedade. É de suma importância a adequada alocação dos recursos podendo promover a igualdade e a segurança de todos os povos.

**Se o neoliberalismo cria tanta resistência, desalento, angústia, insegurança, é porque não é simplesmente uma política econômica.** É um instrumento sociocultural através do qual se busca substituir um tipo de sociedade – que procurava certo equilíbrio entre eficiência econômica e solidariedade social, e que havia se logrado construir em alguma medida no pós-guerra – por outra na qual se **exacerbam a eficiência, a competitividade e o individualismo, se privilegia tudo o que é privado às expensas do que é público, com uma grande concentração de riqueza e poder**, procurando anular toda capacidade de se contrapor a esses efeitos. (RIVERO, 2002) - grifo nosso.

O Brasil, desde o primeiro mandato do presidente Lula vem trabalhando na questão do desenvolvimento solidário através da SENAES, Ângela Schwengber<sup>2</sup>, faz uma ressalva esclarecedora sobre essa política que está se ampliando pelo país:

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e auto gestor, que produzem trabalho e riqueza e que podem promover a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização. (SCHWENGBER, 2012)

---

<sup>2</sup> Coordenadora da Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária

## CAPÍTULO II - BRASIL SOLIDÁRIO

O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazidos pelos imigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e agrícolas no campo, entretanto essas cooperativas, não serão a base para a formação das cooperativas baseadas na economia solidária. Decerto que a concepção das cooperativas fundamentadas no conceito de economia solidária tomou a forma a partir dos anos 90 no cenário de crise.

A partir da década de 1980 a economia solidária ressurgiu no Brasil, como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de extinção de milhões de postos de trabalho, devido a política de privatizações que iniciou no governo do presidente Fernando Collor de Mello e se consolidou durante os oito anos de governo do tucano Fernando Henrique Cardoso. Essa nova ordem socioeconômica se consolida e leva a pobreza para milhões de famílias.

É válido frisar que a economia solidária não é uma ação exclusiva dos desempregados e marginalizados, no Brasil, igrejas Católicas, outras igrejas, sindicatos e universidades foram entidades de apoio à economia solidária e a constituem. Nesta conjuntura inicia-se uma institucionalização das expressões de economia solidária no país.

Para Paul Singer (2002) a reinvenção da economia solidária é recente e criativa. Surgem entidades de movimentos sociais, como resposta a precarização e a opressão que os trabalhadores passavam, entre elas a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como resposta ao desafio de que o formato sindical não dá mais conta do conjunto de relações dos trabalhadores.

Surgem também, da década de 80, outras associações de fomento às práticas solidárias, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag) que já orientou a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas, outra ação na mesma atividade de fomento é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL). Outro componente são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) inseridas em universidades de característica multidisciplinares. Como citado infra tais invenções são fundamentais para a consolidação da economia solidária em solo nacional:

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPS, a Anteag, a UNISOL e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas congêneres. O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que

lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo. (SINGER, 2002, p. 124)

A adesão crescente dos trabalhadores à alternativa de trabalho demonstra claramente que a cooperação, o mutualismo, a solidariedade e o associativo possuem vantagens diante da economia de capital.

No primeiro mandato do presidente Lula, em 2003, a economia solidária ganhou uma expressão institucionalizada, com a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES) foi criada com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social, e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários; com isso houve a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) onde foi criado um banco de dados abrangente da Economia Solidária. Na mesma época nasce o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é a instância nacional de articulação, debate, elaboração de estratégias e mobilização do Movimento de Economia Solidária no Brasil.

Com este feito iniciou-se uma nova fase da economia solidária brasileira, tendo agora um apoio governamental, a SENAES está implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com a finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Para o Governo Federal a decisão de criar Secretaria Nacional de Economia Solidária, respondendo de forma positivas os seminários, plenários e fóruns realizados no campo da economia solidária, conclui que tal mobilização significa uma mudança profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania da população menos favorecida na sociedade. Estas iniciativas do governo deram uma dimensão do espaço estratégico que a economia solidária pode ocupar na construção do novo modelo de desenvolvimento solidário no Brasil.

## **2.1 Construindo políticas públicas**

A economia solidária vem se consolidando em solo com um crescente reconhecimento caracterizado por atividades econômicas de base associativa e autogestionária. No Brasil, ela emerge principalmente a partir dos anos 1980 e 1990 como uma das respostas dos trabalhadores às transformações do mundo do trabalho. Sua expansão contou historicamente com o apoio de organizações sociais diversas, como entidades religiosas, sindicatos,

universidades, organizações não governamentais (ONGs), movimentos rurais e urbanos. Mais recentemente, inserem-se neste campo agentes governamentais, com a criação de estruturas e políticas públicas específicas – inicialmente no plano local e estadual e, a partir de 2003, no plano federal.

O grande passo da Economia Solidária no Brasil foi em 2003, quando o governo brasileiro iniciou um processo de fomento a economia solidária com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atuando em conjunto com Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES); foi constituído também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O SENAES, também, encarregada do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento nos Planos Plurianuais (PPAs) e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

O sistema governamental marca uma nova fase da economia solidária brasileira, o país passou por um período de conscientização e incentivo a essa nova alternativa sistêmica através de uma campanha de apresentação da Economia Solidária, principalmente em nível municipal. Ao longo da constituição dos aproximados 30 anos muitos projetos foram iniciados, porém há problemas que até hoje se vigoram.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, entre outras.

Para Singer, nos anos de iniciativas de políticas públicas federais de Economia Solidária, alguns estados e municípios brasileiros também promoveram avanços significativos neste campo, através da criação de leis e normas voltadas ao tema, seja por meio da constituição de conselhos e órgãos da administração responsáveis pela condução desta política nos níveis local e regional. Da mesma forma, houve um profundo amadurecimento dos movimentos da sociedade civil que, através de seus fóruns e conselhos, alcançaram níveis de organização, em todo o território nacional, que se constituem como importantes instâncias de participação popular e de controle da ação pública.

A ação propriamente dita foi no âmbito municipal, através de gestões específicas. Iniciativas municipais principalmente fomentando a formação de cooperativas de catadores, mutirões autogestórios e incubadoras; porém a maior parte das iniciativas solidárias teve o mesmo fim, a interrupção pela simples troca de gestão da prefeitura. Infelizmente, os interesses na consolidação da economia solidária são características, geralmente, de governos

populares. A economia solidária juntamente com a participação popular são marcas dos governos populares Petistas.

A incorporação da economia solidária neste novo projeto de Brasil é de total importância para a consolidação, divulgação e investimento do programa, mas não se pode parar por aí.

## **2.2 Políticas solidárias**

A criação da SENAES em junho de 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é parte integrante da história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país. Instituições recentes, portanto, que materializam articulações de organizações e um movimento em estado que ainda está se amadurecendo, cujos programa e estratégia política mais geral ainda estão em processo de construção, mas que já vêm se firmando como novo e importante personagem no debate sobre a questão social no Brasil.

A consolidação dessa secretaria possibilitou a ampliação do espaço social da economia solidária e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o apoio e fomento às formas de organização econômicas baseadas na autogestão, no coletivismo e na solidariedade, através do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

São pilares para a constituição de um projeto um novo Brasil, onde abrange: Integração regional/internacional, legislação, finanças solidárias, facilidade no escoamento do projeto comercio e facilidade de obter informações.

Além das ações gestadas e implementadas diretamente pela SENAES, em parceria com a sociedade civil e com os governos estaduais e municipais, as políticas de Economia Solidária no governo federal se encontram na estratégia de inúmeros outros ministérios e órgãos públicos. Em muitos casos, a cooperação e o diálogo institucional com outros órgãos de governo resultaram em parcerias efetivas através da construção de ações conjuntas e a integração de políticas em andamento.

No Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), foi definido desafios estratégicos para a consolidação da Economia Solidária em solo Brasileiro, são eles:

1. **Sistema de Finanças solidárias:** busca da democratização do acesso ao crédito popular. Permitir que às pessoas excluídas do sistema bancário adquiram créditos;
2. **Criação do comércio justo:** estabelecer relações comerciais mais justas entre consumidores e produtores a partir de um nível local, nacional e internacional;

3. **Economia sem direito:** redefinição do papel do dinheiro, visando enfrentar a exclusão social por meio de moedas sociais; e
4. **Construção de um Estado político democrático:** a defesa dos direitos universais dos trabalhadores e a responsabilidade social de empresas e cidadãos. A economia solidária é um projeto de desenvolvimento local integrado e sustentado que visa à justiça econômica, social, cultural, ambiental e a democracia participativa.

Muito já se desenvolveu na economia solidária, o trabalho foi iniciado, mas faz-se necessário um fortalecimento das políticas, Maurício Sardá (2011) ressalva que o país precisa permanecer e expandir as políticas solidárias, principalmente em campos como: mutirões autogestórios na habitação, políticas de cultura (exemplo: Saúde mental), segurança alimentar, dentre outras. Em sua concepção, o Brasil atualmente despõe de experiências para avançar nas reformas estruturais que podem prefigurar e acelerar a outra sociedade que está por nascer.

### **2.3 Exemplo de solidariedade**

Em uma cidade do interior de São Paulo, uma outra economia acontece. Esta cidade é Várzea Paulista, que por dois mandatos foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Várzea Paulista é uma cidade que está a 7km de Jundiaí e a 57 km da capital, construiu uma identidade cultural ao se tornar a Cidade das Orquídeas. O município, com aproximadamente 107.211 habitantes, pode efetivamente participar das decisões e transformações da cidade. A partir de 2005, quando os cidadãos foram convidados a participar do Orçamento Participativo, compartilhando com o governo a responsabilidade nas resoluções sobre como e onde investir o dinheiro público.

Neste mesmo ano, a Economia Solidária foi adota na cidade e para o ex-prefeito, Eduardo Tadeu (NESOL-USP, 2013), constituiu uma quebra de paradigma no modelo de assistência social do município. Ela assumiu o papel de inclusão produtiva, gerando renda e inserindo pessoas no mercado formal. As famílias que não se enquadravam nos padrões definidos pelo capitalismo viviam em situação de vulnerabilidade e eram excluídas, com o desenvolvimento da Economia Solidária essas famílias puderam se tornar independentes, através de sua própria geração de renda.

#### **2.3.1 Construção de uma cidade solidária**

A administração petista, para construir uma vida mais digna para a população, definiu duas principais frentes de atuação: resolução de demandas imediatas e ações estratégicas. As demandas imediatas são intervenções na: infraestrutura, saúde, educação, etc. As ações estratégicas, são a construção de novos valores para uma sociedade nova; é assim que a economia solidária se insere no projeto de novos valores adotado pela prefeitura.

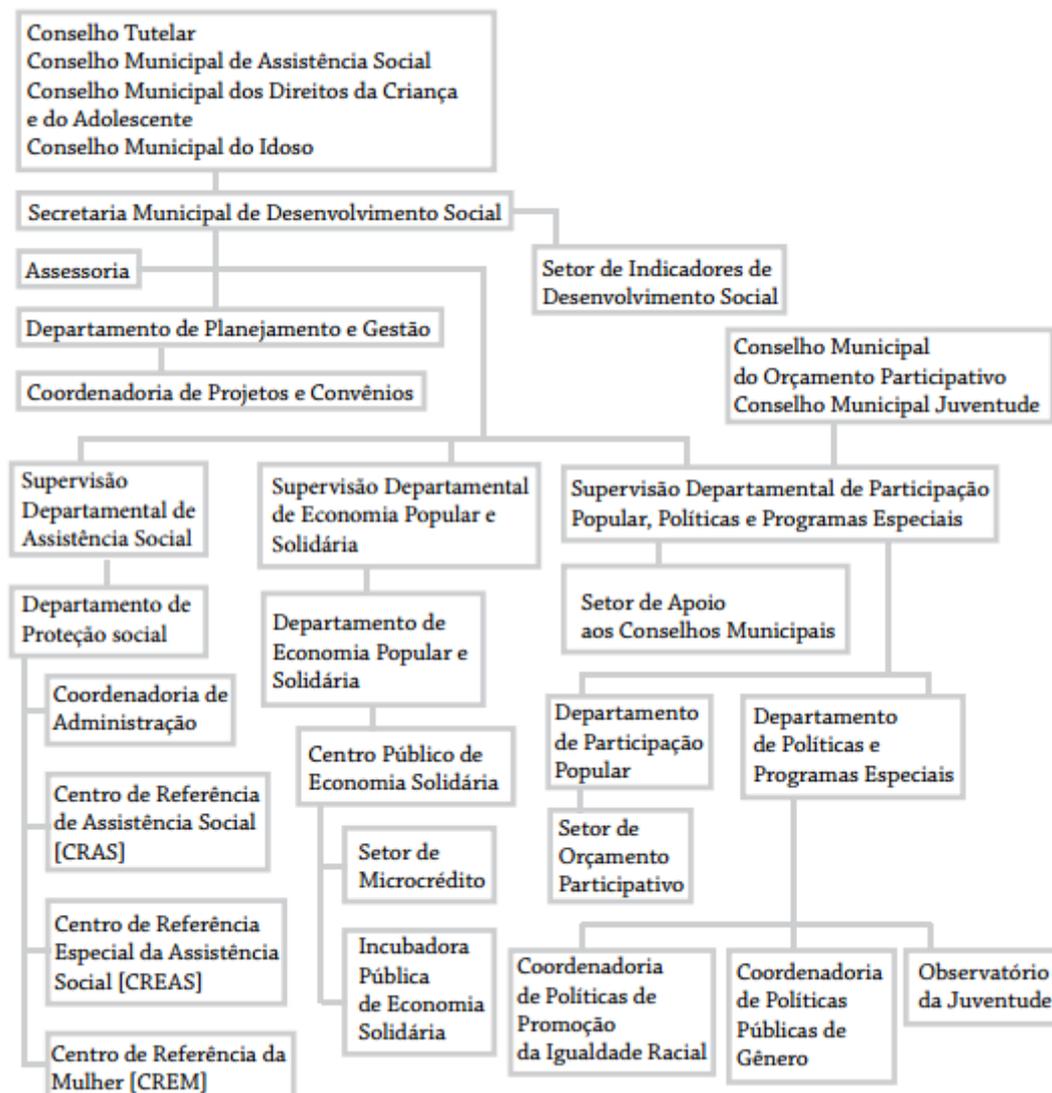
Foi definido um tripé para o projeto de Desenvolvimento Social traçado, as políticas que compunham o tripé eram a implementação: da Economia Solidária, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a participação popular. O público alvo foi famílias em situações vulneráveis que já faziam parte de alguns programas de assistência social, além dos demais munícipes.

O objetivo era trabalhar para garantir uma forma de autonomia financeira, adquirindo assim capacidade de geração da própria renda. Os participantes dos programas sociais deixaram de ser vistos somente através de suas vulnerabilidades e passaram a ser reconhecidos por suas potencialidades. A economia solidária foi uma ferramenta de resgate á cidadania, combate a pobreza e ao desemprego, através da geração de trabalho e renda; proporcionando assim a superação das exclusões criadas pelo sistema capitalista.

### **2.3.2 Organização**

Para que haja de fato uma consolidação do projeto, foinecessário uma estrutura organizacional. A Economia solidária não é uma política isolada, mas sim um braço do árduo processo de mudança de sociedade. Como citado supra, o programa do governo contava com um tripé de políticas para uma sustentação, abaixo podesse ver essa estrutura assistencial através do organograma na Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS):

### **Figura 1 - Organograma da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)**



Fonte: NESOL-USP, 2013, pág. 29

A estrutura e capacitação de servidores são fundamentais para a construção e sustentação de um projeto. Vê-se que a economia solidária é apenas um eixo do projeto de desenvolvimento social, mas que há a necessidade da harmonia dos demais eixos para que a estrutura se sustente. Esse arranjo possibilitou um progresso inovador para o município.

Com a estrutura desenvolvida pela secretária, foi necessário ciclos de capacitação e formação com servidores que atuavam diretamente com a população beneficiada. São eles os profissionais dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Bolsa Família e a equipe do departamento de Economia Popular e Solidária.

A Economia Solidária ganhou uma estrutura institucional por meio de lei municipal. Como podemos observar no organograma, essa estrutura é constituída dos seguintes departamentos

e setores: Supervisão Departamental de Economia Solidária, Departamento de Economia Solidária, Coordenadoria de Centro público de Economia Solidária, Setor de Incubação e Setor de Microcrédito e Finanças Solidárias.

Efetivamente a Economia solidária tornou-se uma estratégia cada vez mais eficiente em busca do desenvolvimento solidário local. Foram desenvolvidos várias ações e projetos solidários voltados a população mais excluída. Dentre eles, destacam-se: Feiras de trocas solidárias, o Armazém da Cidadania, o projeto Casa da Beleza, o Lab. Café, a criação da moeda social e o incentivo a um Banco Comunitário de Desenvolvimento, entre outros.

### **2.3.3 Outra economia acontece**

Com avanços significativos nos últimos anos, o município de Várzea Paulista hoje é referência em Economia Solidária. Dos projetos solidários desenvolvidos será enfatizado um com caráter fundamental, a Incubadora Municipal de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) de Várzea Paulista.

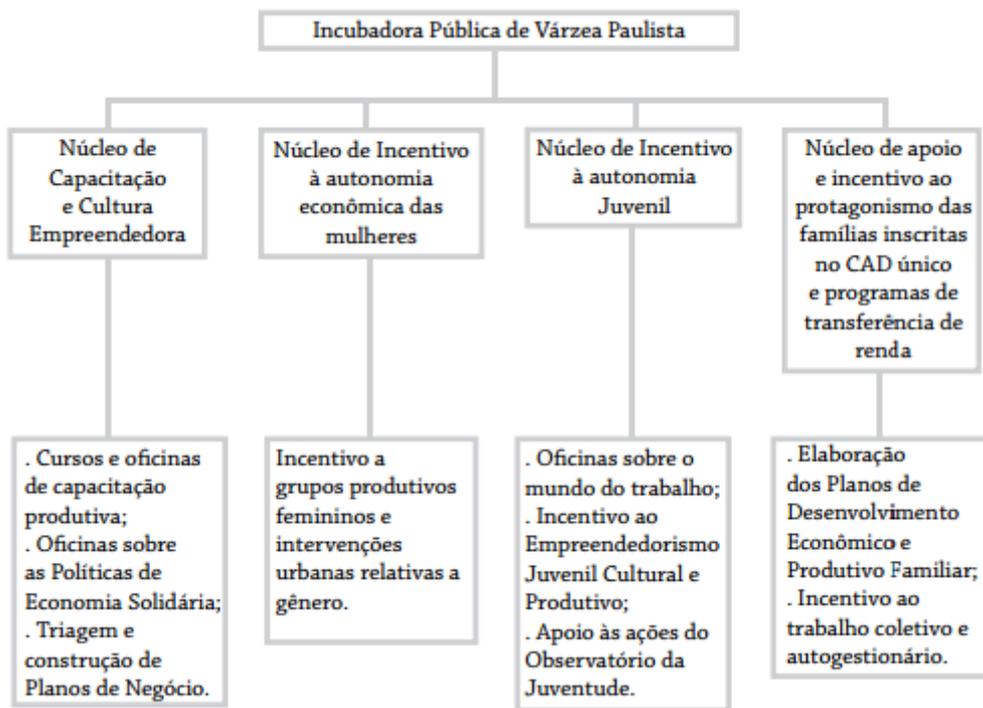
O objetivo principal da EES foi fomentar e incentivar empreendimentos populares no município por meio de assessoria técnica para a gestão coletiva, jurídica e contábil. A incubadora poderá ainda, conceder o uso de espaços e equipamentos públicos para a utilização desses empreendimentos durante o período de formação e acompanhamento.

A princípio, o incentivo a formação de empreendimentos econômicos solidários se deu a partir de oferecimento de cursos gratuitos para a público alvo. Através dos cursos, é filtrado aqueles que demonstram interesse em construir um empreendimento onde estes serão acompanhados e assessorados a partir dos princípios de economia solidária.

Foram oferecido cursos em diversas áreas, tais quais: Alimentação (confeitaria, chocolataria e panificação), construção civil ( pintura interna e externa, texturização, gesso, revestimentos e pequenos reparos elétricos e hidráulicos), de beleza e bem estar ( manicure, e pedicure, massagem, maquiagem, corte, química, penteados designer e sobrancelhas e depilação), cursos na área de artesanato, grafite e DJ, organização domestica, e montagem e manutenção de computadores.

Chama a atenção que as pessoas envolvidas têm diferentes perfis, com faixa etária de 30 a 60 anos, mas em grande maioria mulheres. No organograma que segue, vê-se a estrutura elaborada para que o projeto atingisse diferentes perfis, incluído todos os excluídos nesse novo sistema.

### **Figura 2 - Organograma da Incubadora Pública de Várzea Paulista**



Fonte: NESOL-USP, 2013, pág. 98

No artigo, *Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública*, 2013, apresenta a metodologia de incubação adotada pela gestão do município. O público alvo foi dividido em dois grupos: o primeiro pelos beneficiários de programas de transferência de renda e referenciados nos centros de referência da assistência social; e além dos demais munícipes; o segundo público foi de munícipes e pequenos empreendedores dos territórios em processo de desenvolvimento local.

A metodologia do público alvo 1, foi dividida em 6 etapas:

1. **Capacitação profissional:** A capacitação é realizada através de cursos com duração de 6 meses. Realizar oficinas sobre economia solidária, acordando os princípios e modelo da política o município;
2. **Triagem:** Ao longo do curso, há um estudo de viabilidade econômica individual e para grupos;
3. **Formação de grupos:** Articulação de pessoas com especialidades em comum dentro das áreas ofertadas. São oferecidas oficinas sobre economia solidária abordando autogestão e associativismo;
4. **Aulas práticas:** Acompanhados por uma equipe técnica, no mínimo de 12 meses, são realizadas aulas práticas em laboratórios e espaço de incubação. O objetivo

é que neste período de incubação haja formação e capacitação para que os grupos possam gerar renda autonomamente após essa etapa;

5. **Desincubação:** Após análise da equipe de gestão da incubadora, essa 5ª etapa, é o momento em que o grupo concretiza a aplicação do plano de negócios desenvolvido durante o processo de incubação. Essa etapa, encerra o ciclo dentro das instalações da incubadora pública; e

6. **Acompanhamento:** A pós-incubação se dá com o acompanhamento do plano de negócios do empreendimento pela incubadora durante um período de 6 meses.

Já a metodologia da do público alvo 2, foi dividida em 3 etapas:

1. **Análise:** Triagem e estudo das potencialidades e necessidades de empreendimentos já existentes;

2. **Estudo do plano de negócios:** Encaminhamento para oficinas de estudo e desenvolvimento de plano de negócios. Também são realizadas oficinas sobre economia solidária e rede e cadeias produtivas solidárias; e

3. **Final:** Plano de negócios construído.

Segundo as informações do artigo *Economia solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública*, no ano de 2012, o município contava com 4 grupos em processo de incubação, são eles: Grupo casa da Beleza, Grupo Lab Café - Delicias e Cafés, Grupo de Construção Civil, e o Grupos de organização domestica.

Em todos os grupos, sem exceção, a maioria da composição dos grupos são mulheres. Os grupos estão em etapas diferentes do processo de incubação, mas o que é fundamental destacar são os avanços, podendo destacar principalmente, o aumento da autoestima e maior sociabilização.

O que de fato pode-se concluir ao analisar essa experiência, é que a vida dos cidadãos que compunham esse projeto mudou, e mudou para melhor. O empenho dos servidores, militantes e do próprio governo foi fundamental para que essa mudança fosse realizada. A cada sorriso, a cada aprendizado, a cada descoberta, a cada grupo formado, a certeza de uma sociedade melhor aumentava.

O aprendizado com o oito anos de Economia Solidária foi muito rica e hoje a cidade se tornou exemplo para os demais municípios. É fundamental o destaque que a prefeitura buscou parcerias de empresas locais, ONG's, governo estadual e federal; com o intuito de viabilizar o projeto. Sempre buscando consolidação do projeto, ao término do mandato foi avaliados os seguintes desafios:

Para continuar com esses avanços é fundamental ter como desafios futuros: manter os empreendimentos já existentes; ampliar o número de empreendimentos; tornar a Economia Solidária um projeto de lei municipal; desenvolver um projeto de empreendimento econômico solidário jovem; ter uma equipe com mais servidores efetivos, e ampliar a equipe técnica; concretizar os planos de negócios para os empreendimentos que estão em processo de incubação; fazer o acompanhamento aos empreendimentos que estão em processo de pós-incubação; a capacitação dos professores/educadores dos cursos de qualificação profissional da Incubadora na temática de Economia Solidária; a continuidade do projeto, tendo em vista a possibilidade de aprovação da Lei de Economia Solidária. (NESOL- USP, 2013, pag. 125)

### **CAPÍTULO III -ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O marco na economia solidária brasileira foi em 2003 com a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES), foi criado com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários; com isso houve a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) onde foi criado um banco de dados abrangente da Economia Solidaria. Na mesma época nasce o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é a instancia nacional de articulação, debate, elaboração de estratégias e mobilização do Movimento de Economia Solidária no Brasil.

De 2003 a 2010 se completaram 8 anos de SENAES no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para Sardá algum tempo será ainda necessário até que possamos contar com análises mais abrangentes do período recente dos dois governos Lula para a sociedade brasileira. Esse momento da economia brasileira (2003 a 2010) se caracterizou por um governo pautada em dois vetores principais e contraditórios: i) um projeto de aceleração do capitalismo no Brasil; e ii) um projeto de alargamento do campo dos direitos sociais através da incorporação de setores até então marginalizados ou excluídos da agenda pública, promovendo novos mecanismos de acesso às políticas sociais e à cidadania.

O autor acredita que em meio de discussão da Economia Solidária é dado em um cenário de mobilização da estrutura de governo e alocação de recursos, pode-se dizer que a prioridade foi e continua sendo o avanço das relações e estruturas dinamizadoras do capitalismo brasileiro, aprofundando a sua inserção no quadro da divisão internacional do trabalho e na trama da globalização financeira.

(...) A criação da Senaes significou politicamente o reconhecimento e a incorporação de um campo econômico e social novo no Estado brasileiro, possibilitando o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para o fortalecimento da economia solidária. Ao mesmo tempo, e dado o outro vetor prioritário que orientou a política mais geral dos dois governos Lula, a política de Economia Solidária acabou subsumida no interior da própria estratégia do governo, ficando estruturalmente impossibilitada de se desenvolver plenamente e rivalizar de forma positiva com o projeto de aceleração do capitalismo no Brasil. (Sardá, 2011)

É importante essa ressalva para esclarecer o objetivo do governo brasileiro ao iniciar suas ações solidárias. A economia solidária, não faz parte do capitalismo, esse sistema coroe as condições de trabalho e as oportunidades dos trabalhadores. Sardá diz que existe uma nova esquerda presa o desenvolvimento de ações diretas para enfrentar o capitalismo.

Desenvolvendo dois vetores na economia não fica implícito o uso da economia solidária como alternativa de crise sistêmica, mas sim como uma ação de mudança. O desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais complexa de modos de produção.

Se a economia contemporânea fosse unicamente capitalista, como Marx supôs que acabaria sendo, o desenvolvimento também seria governado pela lógica do grande capital. Se a economia no futuro se tornar completamente solidária (ou socialista), é de se esperar que o desenvolvimento será governado pela lógica da solidariedade. (SARDA, 2011)

(...) Diferentemente da velha esquerda, que almejava a destruição do capitalismo mediante a ação do Estado nas mãos da vanguarda do proletariado, a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas. (SARDA,2011)

### 3.1 Desafios da Economia Solidária

Gabriela Cavalcanti Cunha, em seu artigo *Redes Relações no desenvolvimento de políticas públicas: Notas de pesquisa sobre as ações do Governo Federal voltadas à Economia solidária*; afirma que a institucionalização em geral restringe-se a certas áreas temáticas, e limita-se no sentido de garantir a efetiva sustentabilidade.

A economia solidária era então conhecida por poucos brasileiros, quase só os que entravam diretamente em contato com ela em alguns dos estados e somente em pequeno número de municípios. Os empreendimentos solidários estavam presentes nas áreas mais atingidas pelas crises de desemprego e em algumas que tinham longas histórias de exclusão social. Experiências prévias de políticas locais ou estaduais de economia solidária mostraram que estas dificilmente passaram de políticas de governo a políticas de Estado, recuando ou mesmo desaparecendo com mudanças na passagem entre governos ou mesmo no decorrer do próprio governo.

Hoje a economia solidária constitui um movimento nacional presente por meio de fóruns em todos os estados e em centenas de municípios. Ela é o ponto crucial de políticas não só da União, como também de mais da metade dos estados e de numerosos municípios. O desconhecimento da economia solidária é ainda muito grande, mas a sua expansão contínua acelera a percepção da grande mídia de que a “outra economia” existe.

No plano federal, há risco de descontinuidade, o que compromete a consolidação da rede. Porém, os caminhos destas políticas e conseqüentes reconfigurações da rede permanecem

uma relativa incógnita conforme há uma possível troca de gestão. Os avanços e dificuldades da rede refletem a trajetória incomum da própria economia solidária em termos de articulação no plano nacional, já que este movimento se estabeleceu nacionalmente há pouco tempo e na mesma época que a própria política que levaram anos de lutas para estabelecer políticas públicas federais.

Na concepção de Cunha a economia solidária alcançou rápida expansão e reconhecimento como tema a ser inserido na agenda política, mas por outro ela é, muitas vezes, muito frágil em termos econômicos e sociais, como mostraram os próprios dados do Sistema de Informações. Apesar dos valores que orientam a economia solidária, valorizando a vida em vez do lucro, resistindo por meio de formas de “produzir para viver” nas palavras de Santos (2003), no dia a dia a maioria dos empreendimentos solidários ainda estão simplesmente lutando para sobreviver dentro do modelo de desenvolvimento capitalista.

Nos últimos anos houve significativo aumento no número das iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo.

Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável.

A Economia Solidária, aos poucos vem ganhando espaço no cenário econômico brasileiro. Seus princípios de solidariedade e participação popular se expandem criando novos empreendimentos e fomentando um mercado mais humana. São vários os desafios da economia solidária na sistemática brasileira.

Para Felipe Addor do núcleo de solidariedade técnica da universidade UFRJ, em seu artigo *Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente*; analisa os obstáculos para a sustentabilidade da economia solidária no Brasil através de quatro pontos principais: a estrutura da comercialização; a manutenção da consistência ideológica; a organização de políticas públicas; e a contribuição técnico- científica.

A estrutura da comercialização considera as diversas variáveis de mercado que influenciam na compra e venda de produtos e empreendimentos solidários. A questão é a necessidade de um consciente relacionamento entre diversos empreendimentos da Economia Solidária para que seja desenvolvida uma alternativa ao capitalismo, objetiva uma estruturação coletiva das ações de economia solidária como possibilidade de fortalecimento das economias locais. Um

importante ponto de estrangulamento é a pequena parcela de financiamento de investimos; algumas vezes concebido pelos bancos populares e apoio governamental de microcrédito.

O segundo ponto é a manutenção da consistência ideológica, ou seja, a fidelização aos preceitos da Economia Solidária principalmente na fase de crescimento do empreendimento, pois o acúmulo de capitais pode trazer ambições individualistas dentro do grupo. A cooperativa solidária pode se tornar um empresa capitalista com individualismo e patrões.

Gabriela Cunha, também compartilha da ideia complementando que dentro do Estado, essas fragilidades expressam o fato de que a concepção acerca da política de economia solidária está bastante vinculada às áreas setoriais de geração de trabalho e de assistência social, e não propriamente enquanto política de desenvolvimento socioeconômico. Em consequência, não conta com os mesmos investimentos públicos destinados aos setores capitalistas.

Faz-se necessário frisar, que o desenvolvimento dos membros das cooperativas, mecanismos de comunicação e rotinas de relacionamento que estimulem e facilitem a interação cotidiana entre as cooperativas, apoiando o processo de decisão. Conforme a concepção da autora seria estratégico avançar na articulação com outros movimentos e lutas dos trabalhadores no campo e na cidade, sem perder a identidade do trabalho associativo e autogestionário. O grande desafio de consolidação e de construção do consenso quanto aos conceitos e definições da Economia Solidária.

A organização de políticas públicas de incentivo é o embasamento da constituição e do desenvolvimento da economia solidária, pois a direção será dada por um mesmo conceito e administração, o Estado como embasamento das políticas públicas. Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003 e os incentivos de microcrédito o apoio do governo ao movimento popular se constituiu, agora é necessário fortalece-lo. As políticas públicas precisam se tornar um vetor para o desenvolvimento do Brasil. Um ponto é o fomento e embasamento de leis outro ponto é a manter a sustentabilidade e independência da economia solidária.

Para Sárda, o último ponto a ser abordado é a contribuição técnico-científica no que se diz respeito à formação dos trabalhadores e a contribuição dos acadêmicos. É o movimento de emancipação do trabalhador, pois agora será o administrador de um próprio negocio. A contribuição acadêmica para o autor está presente no momento de lidar com as ferramentas de globalização e sustento do projeto. Faz-se necessário a conscientização e a mobilização das comunidades acadêmicas para enfrentar os desafios de metodologias de ensino para trabalhadores de diversos níveis, dentre eles podendo haver até analfabetos.

Cunha ainda afirma que faltam instrumentos adequados à coordenação da rede, particularmente a existência de um plano multissetorial de ações, com definição clara de metas, responsáveis e prazos, e um fluxo maior de informações entre os atores, incluindo acesso a dados precisos de execução físico-financeira para monitoramento, análise e avaliação dos resultados. Mas sistemas de monitoramento e avaliação ainda são incipientes, como costuma ocorrer no conjunto de políticas federais.

Ao longo do curto período de existência desta rede de políticas públicas, foram se abrindo brechas para avançar, como a formação de servidores, o interesse e parceria entre órgãos centrais ou nos estados, os instrumentos jurídicos para institucionalização de ações, ou a transição de apoio a projetos isolados para a realização de editais de chamada pública, avançando na consolidação das linhas de ação das políticas.

Mas é indispensável à ressalva que as ações até agora iniciadas são, em quase sua totalidade, de âmbito municipal. Há um problema nesta questão, o município possui iniciativas, porém seu poder é limitado. Faz-se necessário a busca de parcerias e novas articulações sociais para recuperar seu espaço econômico e a dimensão da cidadania local.

Para um melhor desenvolvimento da Economia Solidária, é necessária uma administração regional do programa, com um incentivo ao desenvolvimento solidário, cuja iniciativa precisa que ser gerada em um âmbito municipal, para localizar o ponto de deficiência e atender com mais precisão a população excluída.

Ladislau Dowbor em sua obra *A reprodução social*; frisa a articulação necessária para promover um melhor desempenho das ações no âmbito municipal “sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas, não há financiamento externos ou de instituições centrais que produzam resultados.” (Dowbor, 1998. pag.41).

Sem o poder federal e a participação popular o município não será capaz de sustentar o projeto. A economia solidária é uma ação popular que necessita do apoio federal, através de políticas públicas para se solidificar, assim viabilizando o projeto local. É necessário evidenciar a importância do projeto para o desenvolvimento regional e em cadeia ao desenvolvimento nacional.

## CONCLUSÃO

A economia solidária, termo de crescente reconhecimento para designar um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária, tem sido uma das respostas dos trabalhadores às transformações do mundo do trabalho e vem colocar novas demandas em termos de políticas e leis direcionadas ao trabalho para além das relações de assalariamento formal.

Porém não é fácil compreender que existe uma alternativa ao assalariamento, e mais que isso uma alternativa superior ao sistema capitalista. Em sua obra, *Introdução à Economia Solidária*, 2002, Paul Singer faz menção a essa problemática, observando os movimentos que ocorreram logo após a Segunda Guerra Mundial.

Ele crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalho. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória, o movimento operário passou a defender direitos e lutar para ampliá-los. Para Singer, surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego e se acomodou no assalariamento.

O autor analisa, que por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma cidadania social que compensaria a posição de subordinação e alienação que ocupam na produção. Ele afirma também, que a acomodação com o trabalho assalariado foi o principal motivo pelo desinteresse dos trabalhadores pela economia solidária.

Com o desenvolvimento do capitalismo, e principalmente, com o avanço do neoliberalismo, a competição em locais de trabalho se agravou. O instinto capitalista de competição é grande desafio da Economia solidária.

Conforme exposto no capítulo anterior, Felipe Ardor, apresenta as quatro características de estruturação da economia solidária, os pilares são: Estrutura de comercialização, manutenção da consciência ideológica, a organização de políticas públicas e a contribuição técnico-científico.

Na avaliação de Mauricio Sardá, o governo do presidente Lula buscou a aceleração do capitalismo. Sabemos que a Economia Solidária é uma alternativa sistêmica, por isso, a manutenção da consciência ideológica é de total importância para manter sua estrutura.

No exemplo apresentado em Várzea Paulista, uma das dificuldades apresentada foi à manutenção ideológica, uma vez que em determinado grau na incubação os cooperados começavam a competir entre si, como se vê nas empresas capitalistas.

Uma das principais características do modo petista de governar é a participação popular e a economia solidária. Essas duas políticas tem que se desenvolver lado a lado, para juntas alcançar o principal objetivo, a construção de uma sociedade para todos.

Em sua Carta de Princípios, 1979, que antecede a fundação do partido, o PT afirma o compromisso com a democracia e com a construção de uma socialismo :

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática (...) ( Carta de Princípios, 1979)

De fato, a economia solidária brasileira está em estágio embrionário, na visão de Márcio Pochmann, *Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites, 2004*; “não há ainda um programa que aponte para horizontes possíveis em termos de promoção da economia solidária”. Cabe ao Estado, como representante democrático da sociedade, defendê-la contra sua divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos.

Pochmann relata que o futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica.

O Estado já dispõe de instrumentos, dos quais os mais importantes são os impostos sobre a renda e a propriedade e a transferência de recursos públicos aos carentes. O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue, e isso sem destruir os incentivos para que os produtores se esforcem em oferecer aos compradores a melhor qualidade e quantidade pelo melhor preço.

Numa serie de países como formas mais avançadas de organização política, dois terços ou mais dos recursos públicos são feridos pela própria sociedade, de forma participativa, a nível de municípios. Isto implica, uma vez mais, mudanças institucionais: Além do prefeito e de uma câmara de vereadores, as cidades passam a se dotar de formas diretas de articulação dos atores sociais do município, com a criação de uma fórum de desenvolvimento, participação de empresários, de sindicatos, de colégios ou de universidades e assim por diante.(Dowbor, 1998. pag 42)

É importante analisar o exemplo de Dowbor para compreender o quão importante para a democracia do país a economia solidária está sendo. Várzea Paulista, não só foi um exemplo de implantação da economia solidária, como foi um exemplo de administração petista.

A transformação da sociedade necessita de uma ruptura como os moldes de apropriação e exclusão das massas. O PT é um partido que nasce das massas e tem como objetivo principal a construção de uma sociedade justa, igualitária e para todos.

A cidade de Várzea Paulista é exemplo de vontade política e compromisso com a emancipação do trabalhador e do diálogo com a sociedade.

Viu-se que o processo de construção de uma Economia Solidária, não é fácil, nem rápido; este é um processo demorado e estruturado. A prefeitura fortaleceu os centros de assistência a população: CRAS, CREAS e bolsa Família; investiu na valorização dos servidores, se empenhou para a valorização do mercado interno, construiu uma nova estrutura de fomento aos empreendimentos solidários, valorizou cada cidadão e cidadã do município.

Vê-se na prática, o que Sarda teorizou sobre a nova esquerda que “almeja a destruição do capitalismo por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas”.

Hoje existe uma estrutura para a economia solidária em plano federal, mas isso não é o suficiente. Gabriela Cunha, afirma que a maioria dos empreendimentos solidários ainda estão simplesmente lutando para sobreviver dentro do modelo de desenvolvimento capitalista.

E o que aconteceu com Várzea Paulista? A economia solidária foi abandonada pela administração da cidade, que hoje é do Partido Verde (PV). Os empreendimentos já consolidados hoje lutam por sobrevivência, já os empreendimentos em estágio embrionário, não sobreviverão a essa intensa competição do sistema capitalista.

Em meio a esse novo projeto de Brasil, é necessário à conscientização que se vive no século XXI onde há uma desigualdade de oportunidades e de valores. Onde só possui estabilidade aquele que tem influencia financeira e raça favorecida; se vive em um presente passado ignorante; onde há uma exclusão de pessoas consequente de interesses políticos ligados no elemento núcleo do capitalismo: A concentração monetária.

A economia solidária é introduzida com um intuito de formar uma sociedade igualitária, diminuindo a desigualdade e fomentando o desenvolvimento de um bem estar social para os “perdedores” do sistema. É necessária a aplicação de uma política de vertente igualitária conseguiria diminuir tal opressão do sistema e criar oportunidades para um crescimento econômico sustentável e com desenvolvimento.

Conclui-se que há um núcleo de solidariedade se consolidando no país, consequente de iniciativas populares. A economia solidária é de total importância para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária. A importância do governo que sustente o projeto é fundamental, pois tratasse de uma ruptura de valores, cultura, modo de produção, etc.

É inquestionável os avanços em relação à economia solidária e a democracia brasileira, principalmente, decorrente das administrações petistas. Que o exemplo da pequena cidade do interior de São Paulo inspire a luta por um novo modelo de sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO J.; SCHUCH F. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. *A Política de Economia Solidária e as Diretrizes as CONAES: uma contribuição crítica*, 2010.
- BRASIL, MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de economia solidária e desenvolvimento, [2006?]. Disponível em < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_apresentacao.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.pdf)>. Consulta em 27/05/12
- BRASIL, MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Solidária Outra Economia Acontece, [2006?].
- CUNHA, Gabriela Cavalcanti. *Redes de Relações no desenvolvimento de política públicas: Notas de pesquisa sobre as ações do governo federal voltadas à economia solidária*, 2011.
- CUNHA, Gabriela Cavalcanti. *Construindo a política nacional de economia solidária: Dados e pesquisas para uma análise preliminar*, 2009.
- CANO, Wilson; *Introdução a Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: UNESP; 1998.
- DOWBOR, Ladislau; *A reprodução social: Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Editora Vozes; 1998.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000 (Série Brasil cidadão).
- JÚNIOR, Gildásio Santana. *Economia solidária e a tradição marxista: Trajetórias opostas ou ações complementares*, [?]. Disponível em < [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_III/gildasio\\_santana.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/gildasio_santana.pdf) >. Consulta em 10/10/2013.
- KON, Anita; *Subsídios Teóricos e Metodológicos ao Planejamento Economia Público*, 1997.
- NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA - NESOL-USP (Org.). *Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública / Organização Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária*. São Paulo: NESOL-USP, 2013.

OLIVEIRA, Edenis César; *Crescimento e Desenvolvimento Econômico: A Sustentabilidade como Modelo Alternativo*, 2006. Disponível em: <[http://www.funge.com.br/upload\\_trabalhos/13\\_artigoiiforumambiental.pdf](http://www.funge.com.br/upload_trabalhos/13_artigoiiforumambiental.pdf)>. Consulta em 08/04/14.

PARIDO DOS TRABALHADORES, *Carta de Princípios*, 1979. Disponível em <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>>. Consulta em 01/05/14

PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Manifesto de fundação do PT*, 1980. Disponível em <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>. Consulta em 01/05/14.

POCHMANN, Márcio. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e Limites*, 2004.

RIVERO, O. de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, 1996.

SARDÁ, Mauricio. *Oito anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES): Significados e perspectivas*, 2011.

SCHWENGBER, Ângela. *Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores*. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_rede.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf)>. Consulta em 09/08/12

SINGER, Paul; *Introdução à Economia Solidária*. 1º edição. São Paulo: Perseu Abramo; 2002.

SINGER, Paul. *A economia solidária no governo federal*. 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf)>. Consulta em 20/11/11.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200001&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200001&script=sci_arttext&tlng=es)>. Consulta em 26/04/14.

SINGER, Paul. *Oito anos de secretária nacional de economia solidária*, 2011.

SINGER, Paul. *A economia solidária no governo federal*, 2004.

TODARO, Michael P. *Development Planning*, Oxford University Press, 1971.

UNESCO. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Brasília: Ed. IBAMA, 1999, 118 p.